



MULHERES AFRO-ATLÂNTICAS NO “NORTE” DO BRASIL OITOCENTISTA
AFRO-ATLANTIC WOMEN IN THE “NORTH” OF BRAZIL IN 19TH CENTURY

Solange Pereira da Rocha
Universidade Federal da Paraíba
banto20@gmail.com

Valéria Gomes Costa
Instituto Federal do Sertão Pernambucano
valeriaodecosta@gmail.com

Joceneide Cunha Santos
Universidade do Estado da Bahia
joceneidecunha@gmail.com

Iranide Soares Silva
Universidade Estadual do Piauí
iranegra@gmail.com

Resumo:

Neste artigo, reconstituímos fragmentos de experiências de mulheres libertas no processo da Diáspora Africana nas Américas, em particular, em quatro províncias do “Norte” do Brasil oitocentista. Entre os temas desenvolvidos, destacamos o trabalho, etnicidade, redes de sociabilidade (família, amizades e parentesco espiritual) como parte de suas estratégias de resistência à escravidão. Desse modo, apresentamos as trajetórias de Catharina Mina (Maranhão), Thereza de Jesus de Souza (Pernambuco), Luiza (Paraíba) e Rozarida Maria do Sacramento (Bahia) e pessoas de suas relações sociais, assim como salientamos a complexidade de viver na sociedade escravista do período Oitocentos e o protagonismo feminino afro-atlântico para a conquista e a permanência da liberdade.

Abstract:

In this paper, we reconstructed fragments of experience by freed women in the African Diaspora in the Americas, particularly in four “North” provinces of the Brazilian 19th century. Among the discussed topics, we highlighted work, ethnicity, sociability networks (family, friendships and spiritual kinship) as part of their resistance strategies to slavery. Thus, we presented the lives of Catharina Mina (Maranhão), Thereza de Jesus de Souza (Pernambuco), Luiza (Paraíba) and Rozarida Maria do Sacramento (Bahia) and people from their social relationships. We also pointed out the complexity of living in an enslaved society in the 1800s and the role of Afro-Atlantic women for the conquest and defense of freedom.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Alforrias; **Keywords:** Black Women; Manumission; Norte do Brasil; Século XIX. North of Brazil; XIX Century.

Introdução

As águas do oceano Atlântico conectavam (e conectam) gentes, culturas e identidades. Desde o limiar da Modernidade, essas pessoas têm se (re)inventado com aproximações e distanciamentos dos sujeitos envolvidos no processo da Diáspora Africana. Navios, os tumbeiros, circularam de um continente a outro com pessoas aprisionadas. Alguns poucos concentraram vultosos lucros e possibilitaram bem-estar a uma parte dos habitantes de um único continente. A cobiça incitou conflitos internos e externos na área do Atlântico e, por quase quatro séculos, a relação social do trabalho no Brasil esteve assentada na escravização de milhões de mulheres, crianças e homens africanos e de seus e suas descendentes.

Esses indivíduos escravizados estiveram não só trabalhando em variados espaços, a exemplo da zona rural, produzindo para agroexportação e comercialização interna, como também desenvolvendo atividades diversas no mundo urbano, conforme a lógica capitalista da época, mas sempre em mutação, uma vez que as burguesias europeias redefiniam as relações socioeconômicas, mantendo o tráfico, a escravização de africanos e de seus descendentes por séculos.

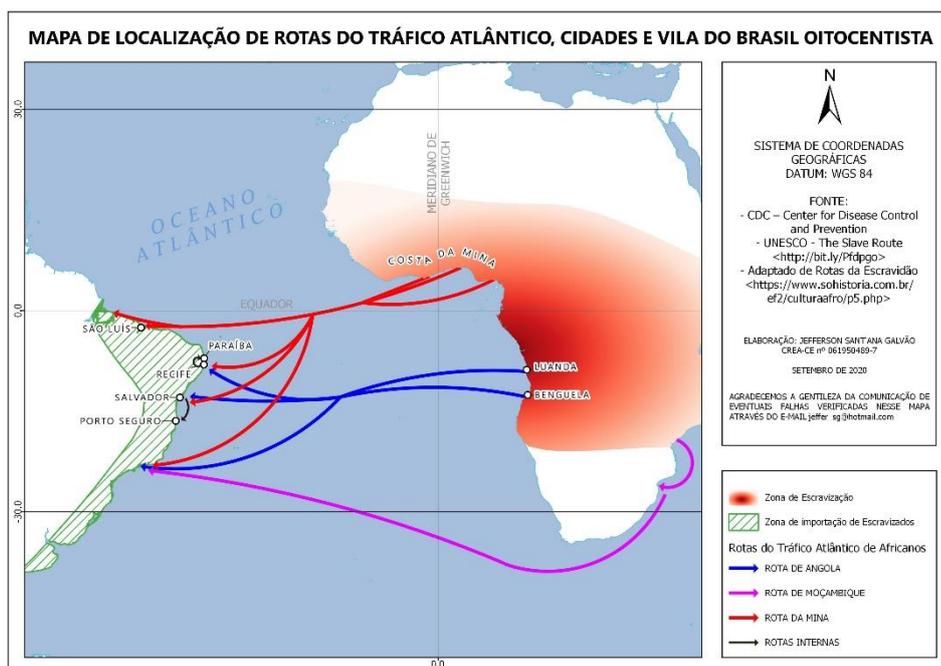
A partir do final do período Setecentos, com o estabelecimento do liberalismo econômico, a “riqueza das nações” passou a ser defendida sob outras bases: o trabalho livre e assalariado, tendo a Grã-Bretanha à frente desse processo de mudança com a formação do capitalismo industrial. Desde então, muitas sociedades emancipacionistas já existentes foram fortalecidas e as recém-fundadas questionaram o comércio de gente, utilizaram de argumentos variados em defesa das abolições do tráfico e da escravidão. Tratando-se das Américas, em específico do Brasil do século XIX, foram muitas as ações políticas e diplomáticas que estiveram associadas às repressões e ao término do comércio de africanos e africanas e do próprio sistema escravista (WILLIAMS, 2012[1944]; GILROY, 2001; HEYWOOD, 2008).

É oportuno sublinhar que as pessoas escravizadas não foram seres passivos e pacíficos; pelo contrário, mesmo com limites estruturais, mulheres escravizadas engendraram e colocaram em prática variadas estratégias de resistências e reexistências, conforme mostraremos adiante, com as experiências de africanas, “crioulas” e pardas, desvelando suas tessituras sociais em relações de trabalho e de gênero.

Neste texto, narraremos então, as trajetórias de mulheres que viveram em quatro províncias do Norte do Brasil Oitocentista: Catharina Mina em São Luís (MA), Thereza de Jesus de Souza na cidade do Recife (PE), Luiza na cidade da Parahyba (PB) e Rozarida Maria do Sacramento na Vila de Porto Seguro (BA). Três delas realizaram a travessia atlântica e tiveram que reorganizar suas vidas no território do Brasil, conforme o *Mapa 01*, com as rotas do tráfico atlântico. Para reconstruir as trajetórias de Catharina Mina, Thereza de Jesus de Souza e Rozarida Maria do Sacramento, foi fundamental a pesquisa em testamentos. Como sabemos, essa é uma fonte preciosa para conhecer os valores e comportamentos de uma época e os últimos anseios de uma pessoa, incluindo os que se referem à morte, redes de afetos, bens, filhos, relações com irmandades, dentre outros. Índícios sociais, políticos e culturais foram obtidos nos registros eclesiásticos, nos quais são inscritos os eventos vitais de um indivíduo (o nascer, o casar e o morrer). Nessa perspectiva, as fontes mencionadas nos possibilitam desvelar fragmentos das vidas dessas mulheres que conquistaram a liberdade no período Oitocentista (GINZBURG, 1989 e BASSANEZI, 2009).

Outrossim, a historiografia social da escravidão, produzida nas últimas quatro décadas, apresenta uma gama diversificada de pesquisas. São inúmeros temas e abordagens que oportunizam a recuperação das historicidades dessas mulheres afro-atlânticas, permeadas que foram por experiências diversas e complexas, sobretudo, o viver como liberta em sociedade escravista (MATTOSO, 2003; OLIVEIRA, 1988; REIS, 2003; SLENES, 1999; CHALHOUB, 1990; CARVALHO, 1998; FARIAS, 2007; XAVIER; FARIAS; GOMES, 2016, dentre outros/as).

Mapa 1



Fonte: Elaborado por Jefferson Santana com base nos dados das pesquisas que compõem o artigo e adaptações de outros mapas.

Este artigo, convém assinalar, resulta de reflexões originadas de uma roda de diálogos (*live*) entre as autoras, ocorrida durante a 22ª edição do 25 de julho e 8ª edição de Julho das Pretas, realizada a convite da *Bamidelé* – Organização de Mulheres Negras na Paraíba e do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista/UFPB para compor as atividades do Mês Internacional das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe e Dia Nacional de Tereza de Benguela. As narrativas históricas das mulheres afrodiáspóricas aqui expostas são resultados de nossas pesquisas anteriores; contudo, ao revisitá-las, incorporamos outras fontes, interpretações, comparamos suas trajetórias e exercitamos a escrita coletiva e colaborativa¹, o que exigiu concentração de esforços e permanentes diálogos após o dia 20 de julho de 2020, quando ocorreu a *live*.

1. Catharina Rosa Ferreira de Jesus: uma africana Mina na cidade de São Luís do Maranhão

A cidade entre rios e “dentro” do mar forma a ilha de São Luís, território de grande disputa por franceses e portugueses, a qual se tornou, também, a capital do Maranhão. Como o resto do Brasil, era uma cidade escravista e estava vinculada ao continente africano pela rota do

¹ A escrita colaborativa deste artigo está fundamentada nas ideias de Paulo Freire (1959).

tráfico atlântico, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX, com a criação da infame Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755). A capital maranhense era um território de estrangeiros, com forte presença de trabalhadores escravizados africanos que chegavam continuamente ao porto, como os do “grupo de procedência” da Costa da Mina, de reinos próximos ao litoral do Castelo de São Jorge da Mina, como os *fanti-achanti* (SILVA, 2008; SOARES, 2007; BARROSO JÚNIOR, 2009).

Nessas “chegadas” forçadas, conjectura-se que Catharina Rosa Pereira de Jesus, a “Catharina Mina”, tenha ancorado no Porto de São Luís na primeira metade do século XIX, como era comum às mulheres e aos homens africanos na condição de escravizados. Sua memória² continua presente no centro histórico ludovicense onde há, por exemplo, uma placa escrita: “Beco da Catharina Mina” e, nas proximidades da mesma rua, existe também um empreendimento comercial em sua homenagem “*Bar da Catharina Mina*”, fundado em 1989. Mas quem foi essa mulher? Qual foi sua marca de distinção numa multidão de homens escravizados em província do extremo norte do Império brasileiro?

No Tempo Presente, ela é caracterizada como uma africana, liberta e quituteira. Ressaltam, ainda, a sua beleza e a capacidade de resistir contra o sistema escravista, posto que, além de sua liberdade, comprou as alforrias de outros cativos em razão de seus trabalhos e relações estabelecidas com indivíduos da elite maranhense. Ela também conseguiu ser uma pessoa de afluência naquela sociedade vigente (1886). Entretanto, a sua trajetória de vida vem sendo pouco divulgada pela historiografia. Com o acesso a documentos sobre sua vida, depositados no Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão/APTJMA, ampliaram-se um pouco mais as informações sobre sua experiência e suas redes de sociabilidade.

Ao analisarmos as fontes que tratam de Catharina Mina, encontramos a Catharina mulher, não somente a rica ou a boa cozinheira, mas a “Catharina Rosa Pereira de Jesus”, que se dizia de “nação mina”. A escrita do seu testamento, como era comum na época, ficou sob a responsabilidade de alguém da sua confiança. Assim começa a narrativa descrita desse registro:

Eu, *Catharina Rosa Ferreira de Jesus* achando-me adoentada, mas no meu perfeito juízo e entendimento, tenho resolvido fazer as minhas *últimas disposições testamentárias*, pelo modo seguinte: Declaro que sou *christã* e *cathólica apostólica*

² Destacam-se relatos da memória do professor Carlos Benedito R. da Silva (2012) e Maria da Guia Viana (2014), ambos docentes na Universidade Federal do Maranhão. Antes, o jornalista José Ribamar S. Reis publicou reportagem sobre Catharina Mina, em 2005, e o escritor Carlos Lima dedicou algumas linhas a essa personagem histórica (2007).

romana, da nação Mina solteira e sem herdeiro algum necessário, sendo-me, portanto, livre dispor de todos os bens que possuo. (Grifos nossos).

Então, Catharina se apresenta como uma mulher africana, de nação mina, católica, inserida nos padrões da sociedade vigente do final do século XIX, mas com bens materiais, razão pela qual houve a preparação do testamento. Nas ruas de São Luís do Maranhão, muito jovem, trabalhou como quituteira. Desse comércio urbano, juntou pecúlio para a compra de sua alforria e conseguiu, ao longo do tempo, adquirir alguma riqueza. Catharina declarou não ter herdeiro necessário; logo, supõe-se que não teve filhos. Mais adiante, seguindo a leitura, verifica-se que ela foi mãe e que seu rebento havia falecido. A confirmação ocorre com as informações de que seus restos mortais estariam depositados num jazigo, na Igreja de Santo Antônio.

[...] Quero que o meu *enterro* e *sufrágios* se façam a vontade de meus testamenteiros, todavia lhes *recomendo* que sejam com *decência*, mas sem pompa, e que no sétimo dia do meu falecimento quero que se diga por minha alma, se distribua a quantia de cinquenta mil reis (50\$000) em esmolos e quinhentos reis pelos pobres que comparecerem aquele acto e que se dignarem, digo e que se digam, mas de espaço, cinquenta missas por minha alma e *outras cinquenta* de meu *filho* Pedro. (Grifos nossos).

Tais declarações, além de revelarem sua vivência na maternidade, estabelecem o desejo de conectar-se com seu descendente, pois orientam para que seu corpo fosse enterrado “em catacumba e que findo o prazo de três anos, sejam os meus restos mortais trasladados para o jazido que tenho na igreja de Santo Antônio desta cidade, onde estão os do meu filho Pedro”.

Catharina não deixou de registrar sua estreita relação com a Igreja Católica e anunciou a distribuição de “esmolas” aos pobres, praticando a caridade, conforme os princípios cristãos. Também conferiu a “plena liberdade a todos os meus escravos sem condição alguma servindo o-lhes esta verba de título”. Com relação aos seus herdeiros e suas herdeiras, ela manifestou que dentre eles estariam uma afilhada “Dona Esmeralda Jaufret, filha do Doutor José Ricardo Jaufret³, falecido” e “Meu afilhado Doutor Alfredo Rapozo Barradas, filho do Doutor Desembargador Joaquim da Costa Barradas”. Esses afilhados, pessoas brancas e abastadas, faziam parte das redes de sociabilidade e amizade de Catharina Mina. Ademais, além desses, outros, como amigos e pessoas escravizadas sob sua posse, foram libertados e beneficiados, com os bens obtidos por seu trabalho, como pequena comerciante nas ruas são-luisenses.

³ O Doutor José Ricardo Jaufret foi um renomado intelectual literato, jornalista e homem da sociedade maranhense dos anos de 1850/60, conforme Martins (2010).

Com a análise do testamento de Catharina Mina, compreende-se sua importância na memória da cidade de São Luís, sobretudo por se tratar de uma mulher negra que viveu nos espaços urbanos das ruas da capital maranhense em tempos de escravidão, no século XIX, período marcado por adversidades sociais, racismo, sexismo e discriminações de toda ordem. Ademais, a história e a memória de Catharina Mina fazem perceber a dimensão que muitos homens negros e mulheres negras, trabalhadores nas mais diversas condições jurídicas, tinham de articulação e, de certa forma, domínio no sentido de conhecimento da dinâmica histórica, cultural e social da cidade (ROLNIK, 1997; ALGRANTI, 1998; SILVA, 2017).

Enfim, Catharina Mina ultrapassou alguns dos limites do escravismo, contrariando o pensamento e a cultura da passividade feminina, conforme a assertiva de Paulina Chiziane (1999, p. 13): “Em todas as guerras do mundo nunca houve arma mais fulminante que a mulher, mas é aos homens que cabem as honras de generais”. Nesse mundo urbano, mulheres como Catharina Mina, abriram brechas e fortaleceram laços, fazendo-se memória de resistência e luta para gerações futuras em suas vivências como trabalhadoras escravizadas e libertas nos espaços públicos nos quais vincaram suas presenças e (re)invenções culturais. Sua trajetória como ex-escravizada continua sendo lembrada, inclusive, em decorrência de sua resistência e de sua coragem, fatores que a mantêm viva na memória cotidiana de São Luís do Maranhão no século XXI. Nas próximas páginas, perceber-se-á a experiência de outra mina na cidade do Recife/PE.

2. “*Pelos meus patrícios*”: africanas da Costa d’África, redes de sociabilidade e etnicidade no Recife

Determino que logo que eu falecer seja seu [meu] corpo conduzido de caça (sic) para o cimiterio (sic) publico pelos meus patrícios da Costa d’África, e carregado á (sic) mãos. Determino que [a]o meu patrício Antonio da Costa e Sá, seja entregue por meu marido a quantia dusesentos (sic) mil reis para ser dividido por todos os ditos meus patrícios, que fiserem (sic) a caridade de carregar o meu corpo.⁴

Este foi o pedido de enterramento da africana liberta Thereza de Jesus de Souza, no dia 6 de abril de 1870, por ocasião da feitura de seu testamento. Naquele dia, em sua casa na Rua da Conquista, bairro da Boa Vista, na cidade do Recife, em companhia do marido, Alexandre

⁴ Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE), *Registro* de testamento de Thereza de Jesus de Souza, mapoteca 13, gaveta F, Lv. 1873-1875, fl 3-3v. Acerca da trajetória dessa personagem histórica, consultar Costa (2012; 2013; 2016), em estudo que constam as fontes sobre Thereza e as pessoas com quem ela e o seu consorte formaram laços de sociabilidade.

Rodrigues d’Almeida, preto liberto também da Costa d’África, lembrou-se rapidamente de passagens de sua vida, contou sobre seu estado de saúde, sua devoção religiosa e não deixou de mencionar as pessoas que seriam suas herdeiras. Sem esquecer, como mencionado acima, o desejo de ter suas últimas homenagens realizadas pelos indivíduos de sua mesma “procedência” ou “nação” que reporta às áreas de embarque de africanos (SOARES, 2007; ELTIS, 1987).

Digna de nota é a atenção de Thereza aos homens e mulheres de sua mesma origem e aos descendentes de seus “patrícios” e de suas “patricias” – fato que leva a perceber que suas redes de sociabilidade, família, parentes, são indícios de que Thereza, assim como outros africanos da Costa d’África, no Recife e em outras cidades escravistas, se organizavam segundo algumas tradições e ritos de identificação ou autodenominação étnica ou de “nação” mais específicas (FARIA, 2007: p. 101-134; GOMES; FARIAS, 2005).

Mas quem eram esses africanos da “Costa d’África” no Recife? Os indivíduos embarcados forçosamente na região do *Golfo do Benim* (antiga Costa da Mina), em Pernambuco, foram identificados, por exemplo, como *nagô*, *savalu*, *calabar*, *nação beni*. Intelectuais, entre o final do século XIX e início do XX, como Arthur Ramos e Waldemar Valente, justificaram as trocas culturais entre os povos dessa região na capital pernambucana devido à forte influência no complexo religioso dos *xangôs pernambucanos*.⁵ Por sua vez, os párocos da Província, ao ministrarem o primeiro sacramento da vida cristã, registravam os indivíduos oriundos dessa região como africanos “da Costa”, “Costa da Mina”, “nação”, “nação costa” e “Costa d’África” (COSTA, 2013: p. 53-59).

Convém ressaltar que, desde 1815, um tratado proibiu o comércio de humanos da África ao norte do Equador, levando os traficantes estabelecidos em Pernambuco a mudarem as rotas da região da Costa da Mina e estabelecerem intensas relações com a área do *hinterland* de Angola e Congo. Os africanos oriundos da Costa da Mina, como Thereza de Jesus, tornaram-se, numericamente, inferiores. Todavia, sua *agency* na retomada da liberdade os destacava em relação aos homens e mulheres de outras procedências, “nações” (COSTA, 2013; LOPES, 2016).

A “mina” Thereza representa vários sujeitos que se abrigaram sobre o etnônimo “mina” e que se sobressaíram nas estratégias de conquista da manumissão, na capacidade de juntar pecúlio

⁵ Os cultos de orixás – prática religiosa popularizada como candomblé –, trazidos pelos africanos da região do Benim, ficaram conhecidos pela alcunha de xangôs em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, desde o século XIX.

e nas articulações político-sociais que os tornaram visíveis aos olhos da sociedade escravista (FARIAS, 2012; COSTA, 2013). Na capital de Pernambuco, vê-se, na Irmandade do Rosário dos Pretos, estatisticamente, um território de predominância angola e os minas distinguindo-se nas disputas políticas para a mesa regedora (COSTA, 2013, p. 216-222). No espaço do catolicismo, observa-se, ainda, o casal de libertos, Thereza e Alexandre, constituindo uma expressiva rede de amizades e de parentesco simbólico, apadrinhando pessoas cativas africanas, inclusive, de sua mesma nação (COSTA, 2013).

A cidade do Recife, onde os africanos “minas” viveram, era desenhada pelas relações escravistas que demarcavam fronteiras não só econômico-sociais, mas também culturais. Era formada a cidade por quatro bairros centrais: o Recife, onde estava o porto e todas as atividades alfandegárias; Santo Antônio, local de concentração das atividades comerciais de fino e de grosso trato; São José, área de grande movimentação de cativos e forros que desempenhavam as mais variadas ocupações de “portas a dentro” e de “portas a fora”; e, o bairro da Boa Vista, lugar tipicamente residencial, com muitas casas-grandes voltadas para o rio, com quintais extensos e ruas bem largas.

O bairro da Boa Vista, lugar onde Thereza morava, era muito atrativo para a elite da “açucarocracia” pernambucana residir, mas também habitado por africanos libertos como ela. Feiras livres e negros ganhadores e negras ganhadeiras completavam a paisagem do bairro. Era considerado o mais populoso dentre o centro urbano da cidade, onde as pessoas da África também predominavam entre os demais habitantes.

O recenseamento do império (ou censo de 1872) indicou que, no bairro da Boa Vista, viviam 20.888 pessoas, sendo 526 (44,09%) de origem africana. A freguesia de Santo Antônio abrigava 15.910 habitantes, dos quais 297 (24,9%) eram africanos; e, em São José, moravam 17.297 indivíduos, dos quais 245 (20,5%) eram pessoas oriundas da África; por fim, no bairro portuário do Recife, apenas 128 (10,4%) indivíduos que foram traficados e escravizados em Pernambuco moravam na área.

Ressalta-se, ainda, que a freguesia na qual a africana Thereza residia era de predominância feminina. As mulheres da África, no bairro da Boa Vista, chegaram a um percentual de 60% no total da população negra do centro urbano da cidade (COSTA, 2013, p. 39). Dentre seus imóveis, Thereza e seu marido possuíam, no local, os “portões” de números 11 e 19 (espécie de pensionatos que eram alugados para outras pessoas) e as casas térreas de número 03, 15 e 17.

Havia, ainda, sete prédios, inclusive as casas de números 14 e 16 situadas na Rua de Santa Rita, em São José; e no bairro portuário do Recife, Thereza tinha duas casinhas meias-águas, na Rua São Jorge (COSTA, 2013).

Um dos meios de sobrevivência dessa africana mina e do esposo centrava-se justamente nos aluguéis desses imóveis para outros libertos e escravizados, pessoas solteiras, mães com filhos e filhas ou até mesmo famílias mais extensas, amásios. Também abrigavam forros doentes, em idade avançada, cujas condições eram tão precarizadas que os impossibilitavam de arcar com os custos de seu teto. A preta Domingas, africana ex-cativa de Thereza, residia no quartinho n. 7 do “portão 11” (COSTA, 2013: p. 94).

Para além dos aluguéis de seus prédios, Thereza, decerto, vivia também dos serviços prestados por suas cativas, como Antônia (50 anos), Joana (44 anos), Maria (44 anos), “pretas de nação”, isto é, procedentes da Costa da Mina; e Adriana (30 anos), identificada como crioula. Salvo a africana Maria, que exercia a ocupação de quitandeira, as demais prestavam serviços domésticos.⁶ Havia, ainda, as “crias de casa” já adultas, ou seja, os rebentos das escravizadas de Thereza, como Martinho (22 anos), Basilina e Marcolino (17 anos) e Elias (15 anos); as crianças Malaquias (8 anos incompletos), Constança e Evaristo (7 anos incompletos). Todos foram alforriados pela metade do valor por Thereza, sob a condição de permanecerem servindo ao seu marido até o último dia da vida desse. Propriedade escrava, imóveis de aluguéis renderam a ela e ao seu consorte um patrimônio de 30:487\$000 (trinta contos quatrocentos e oitenta e sete mil réis). Contrariamente ao destino da maioria das mulheres e dos homens libertos, a mina Thereza tornou-se não só uma africana a gozar de sua liberdade com algum quinhão, mas, sobretudo, uma pessoa afluente e próspera na sociedade recifense oitocentista.⁷

Afora as discussões já consolidadas acerca da posse cativa entre africanos e crioulos escravizados e egressos do cativoiro⁸, duas questões merecem ser destacadas com relação à “propriedade escrava” da mina Thereza. A primeira é o fato de ser predominantemente do sexo feminino. A historiografia enfatizou que familiares ou parentes tinham predileção por

⁶ Sobre a presença de mulheres negras escravizadas e libertas no serviço doméstico em Recife, consultar Silva (2016).

⁷ A título de comparação, mencionamos os bens de um homem livre e estrangeiro, o inglês Henry Gibson, caixeiro que se dedicou ao comércio de fazendas de “grosso trato” no Recife, que teve o seu patrimônio avaliado em 52:811\$770 1873 (cinquenta e dois contos oitocentos e onze mil e setecentos e setenta réis) por ocasião da assinatura do contrato nupcial de sua filha (CÂMARA, 2012, p. 314).

⁸ O debate acerca de propriedade escrava por homens e mulheres libertos e escravizados africanos vem ocupando a atenção de historiadores/as, conforme Reis (2016); Souza (2017).

escravizadas do sexo feminino, isto é, africanas solteiras e de idade avançada, quando viúvas sem filhos e filhas — isso porque as cativas poderiam não só dividir os afazeres domésticos e as frentes de trabalho para angariar recursos financeiros; sobremaneira, serviam de companhia. As mulheres minas, que “viviam sobre si” por meio do ganho, vendendo comidas, frutas, verduras e toda a sorte de objetos nas ruas das cidades escravistas, preferiam ser quase sempre cativas de sua mesma origem de nascimento e próximas de suas redes de sociabilidade. Entre os bens materiais listados no inventário de Thereza, foram arrolados dois baús de carro e quatro de flandres, sugerindo que ela também atuava como negociante (COSTA, 2012, p. 106).

A segunda questão é que a maioria das(os) escravizadas(os) era africana, exceto a crioula Adriana que, decerto, foi filha de alguma “preta da Costa” cativa de Thereza. Talvez daquela Domingas, que foi libertada após longos anos de prestação de serviços ao casal mina e morava de favor em um dos seus imóveis. São apenas especulações! Todavia, enfatizamos que mulheres e homens minas, em particular, no momento da aquisição escrava, privilegiavam os cativos de sua mesma procedência ou “nação”, ou seja, poderia ocorrer o fato de *nagô* ter cativo *nagô*, *mina* adquirir escravo *mina savalú* ou *mina calabar* e assim por diante. São diversos os motivos que levavam africanos libertos a comprar cativos entre os “seus patrícios”. Escolhas pessoais, fatores culturais, como a língua, religião, projetos de liberdade, laços de solidariedade permeavam tais seleções (FARIAS, 2012; COSTA, 2013; FARIA, 2007).

Thereza não concebeu filhos nem filhas, mas constituiu com Alexandre uma parentela ampliada, tema abordado por Solange Rocha (2009), por meio das redes de apadrinhamento e compadrio. O casal batizou nove pessoas, entre crianças e adultos. Todos foram frutos dos relacionamentos entre mulheres e homens africanos. Carolina e Ursula eram filhas dos libertos João Diogo da Costa e Margarida do Rosário; os pais de Joana e Filipe eram os forros Joaquim Cardoso e Ifigênia de Tal; Bernardina era filha de Francisco Lourenço e Joaquina de Tal; Ana, filha de José Coutinho e Raimunda de Tal. Vale ressaltar que todas as escravizadas de Thereza geraram filhos que se tornaram também seus cativos, aos quais a africana depois os deixou alforriados. Não foi identificada a etnia dos compadres e comadres de Thereza (e esposo), porém essas pessoas eram de sua mesma origem de nascimento. Tal fato vem reiterar os argumentos já

apresentados pelas pesquisas historiográficas sobre as formações de comunidades na diáspora africana.⁹

Outro ponto que reitera as redes de sociabilidade formadas por pessoas da Costa da Mina pode ser constatado a partir do pedido de Thereza para que seus patrícios lhes rendessem as últimas homenagens. A terminologia “patrícios” aqui, especificamente, refere-se aos homens de “nação mina”. Figurou como seu testamenteiro o mina Alexandre Rodrigues d’Almeida que, além de seu companheiro, era de sua mesma “nação”. Ao mina Antonio da Costa e Sá foram confiados os rituais fúnebres pelos quais seu corpo seria submetido no dia 23 de fevereiro de 1873, quando ela faleceu, aos 60 anos de idade (COSTA, 2013, p. 146). A etnicidade mais específica, enfim, embora não tenha se constituído como um elemento selecionador, no momento das camaradagens, negociações, parcerias, conflitos e tensões, tornava-se uma chave para compreender as nuances entre as pessoas da África, especialmente, quando se trata de naturais da Costa da Mina (FARIA, 2007).

Se, para os africanos minas, as identificações étnicas se tornaram um dado considerável no momento de estabelecer vínculos comunitários, nas experiências de mulheres e homens negros nascidos no Brasil, outros ritos deram o ritmo às sociabilidades entre as pessoas. A trajetória de Luiza e de suas/seus descendentes na cidade da Parahyba apontou novos caminhos que foram trilhados pelas mulheres negras, filhas, netas e até bisnetas de africanas como Thereza.

3. Luiza, Juliana e Maria: três gerações de mulheres libertas na cidade da Parahyba

No período pós-1850, após a promulgação da segunda lei de abolição do tráfico atlântico, a Paraíba, uma província de pequeno porte, localizada ao norte de Pernambuco e integrante do sistema-mundo, detinha uma população escravizada minoritária (15,5% numa população total de 213.141 habitantes, em 1852). Como em outras províncias, o cotidiano da vida das pessoas escravizadas era de um permanente defrontar-se com as dificuldades para sua sobrevivência e, também, muitas não cessavam de criar estratégias para a conquista da liberdade no pós-tráfico atlântico. Nessa época, ampliaram-se, ainda mais, os horrores da escravidão, em razão da

⁹ A violência do tráfico esgarçou as organizações comunitárias dos diversos povos africanos que reconfiguram tais laços a partir das reinvenções de suas instituições, a exemplo da família que era concebida numa dimensão mais ampla, na qual envolvia os parentescos de consideração por meio do batismo. As redes de sociabilidade no trabalho, além dos vínculos religiosos: irmandades, candomblé, o islamismo, reiteravam antigos vínculos ao passo que construíam novas relações entre africanos e seus descendentes (MINTZ, PRICE, 2003 e THORNTON, 2004).

intensificação do tráfico interprovincial que passou a deslocar grande número de escravizados do “Norte” em direção ao centro socioeconômico e político do período – o então designado “Centro-Sul”, atual Sudeste –, que estava em expansão com a lavoura de café, resultando em frequentes separações de membros familiares, esfacelamento de laços de amizade, dentre outros sofrimentos para a população cativa (GRAHAM, 2002; ROCHA, 2009; DOURADO, 2017).

Foi nesse cenário que foram vislumbradas as histórias de liberdade experienciadas por uma família monoparental que viveu na capital da Paraíba oitocentista. Trata-se das trajetórias de Luiza, “mulata” (mãe, sogra e avó); Juliana, parda ou “mulata” (filha, irmã, mãe e tia); Margarida (filha, irmã, esposa, mãe e tia); Maria (filha, neta e prima); Cassiano (filho e primo); Joana (neta, filha e prima); e, Manoel Francisco Ramos (esposo, genro, cunhado, pai e tio). A maioria dessas pessoas era escravizada, mas num espaço de cinco anos (1858-1863), de variadas formas, muitas delas conquistaram a liberdade. Certamente, tal projeto foi engendrado durante anos.

Em 20 de julho de 1858, identificamos a personagem histórica Juliana em uma nota cartorial, na qual ficou registrada sua nova condição social: liberta. Ela tornou-se “inteiramente *liberta* [...] pelo preço de 1:000\$000 de réis (um conto de réis), porque foi ela *judicialmente* avaliada [...]. Passava, então, a “gozar absolutamente de sua liberdade [...]”, conforme o seu “título de liberdade”. Ainda na condição de escravizada, Juliana foi mãe de duas crianças, Maria e Cassiano, ambas também libertadas. A mais velha, Maria, filha natural, batizada em 19 de fevereiro de 1855, teve como padrinho João do Rego Moura (padre) e Dona Ana Sidonéia Pinho (filha do escravizador da sua família), e foi libertada em 1863, quando a sua genitora comprou sua alforria da família escravizadora (Soares de Pinho) pelo valor de 800\$000 réis.

Antes, em 10 de maio de 1857, Cassiano foi “forro na pia” e teve apenas um protetor espiritual, o padrinho José Gonçalves Reis. A obtenção da libertação da avó das crianças, Luiza, exigiu, certamente, negociações com Joaquim Soares de Pinho que a herdou após a partilha de “bens e riquezas” de Antonio Soares de Pinho (por volta de 1853). Inicialmente, o valor de Luiza era 700\$000 réis, mas, conforme discurso senhorial, considerando os seus “bons serviços”, a alforria foi vendida por 350\$000 réis “sem condição alguma”. Poucos dias depois da transação, em 02 de março de 1861, foi providenciado o registro no livro de nota no dia 08 de abril do mesmo ano. Para Luiza, findava-se, assim, cerca de cinco décadas de trabalho como escravizada,

mostrando-nos que, numa negociação e conquista de liberdade, havia muita exploração, assim como ações femininas proativas para superar infortúnios sociojurídicos.¹⁰

Mas nem todas as mulheres da família negra em análise conseguiram a manumissão. Observa-se que, pelo menos até a década de 1860, Margarida, irmã de Juliana e batizada em 1841, casada com Manoel e mãe de Joana, continuava na condição “escrava”. O caso de Margarida assinala as dificuldades de desprender-se da escravização, assim como o aumento de famílias mistas, ou seja, membros de um grupo com condições sociojurídicas diferenciadas. Outrossim, para as escravizadas ou libertas ou livres, as suas rotinas de trabalho estavam associadas, em geral, às funções domésticas como as de pequenas comerciantes, desenvolvendo também ofícios de “capinar” terrenos¹¹, de vender pequenos produtos como as “quitandeiras”¹² ou amas de leite, dentre outras ocupações laborais, conforme era comum nas cidades oitocentistas do Brasil (FARIAS et al., 2006; SILVA, 2016).

Apesar dos hiatos sobre os caminhos percorridos pela família de Luiza para a compra das cartas de alforria em razão de lacunas nos registros documentais, a historiografia tem mostrado o longo caminho percorrido por mulheres e homens para deixarem de ser “miseros escravizados”, tanto para a aquisição de seu próprio “título de liberdade” quanto para o de seus parentes biológicos. Nesse sentido, Reis (2001, p. 119), ao analisar as alforrias na Bahia, enfatizou que “acumular pecúlio era tarefa difícil não só para escravos como também para libertos”, levando-os à dura rotina de trabalho, visto que uma “das alternativas encontradas por muitos foi trabalhar quase sem período de folga”, o que demandava alguns anos de trabalho árduo. Com a conquista de “viver sobre si” e por si, ao conquistarem a liberdade, eles passavam a depender de si e/ou de parentes para a sua sobrevivência e continuavam a transitar entre as hierarquias sociais da sociedade escravista (COSTA, 2013; SANTOS; MENDES, 2016).

¹⁰ Acerca das fontes (registros de batismo e “títulos de liberdade”) e do método (ligação nominativa) utilizados na pesquisa da família monoparental de libertas (Luiza, Juliana, Maria e outros parentes), consultar o quinto capítulo de Rocha (2009), no qual são especificados os limites estruturais, as nuances de ser liberta/o e as possibilidades de recuos na conquista da liberdade.

¹¹ A capital paraibana, na segunda metade do século XIX, dispunha de mais de dez engenhos e, em geral, o urbano e o rural estavam imbricados (ROCHA, 2009).

¹² Nos jornais do período Oitocentos da Parahyba, frequentemente, anúncios eram publicados sobre aluguel e compra de mulheres negras para o trabalho doméstico, como quitandeiras. Em 1862, por exemplo, A Regeneração (ano II, n. 73, p. 04, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP) divulgava a seguinte nota: “Precisa-se alugar duas pretas, que saibão vender em taboleiro; quem as tiver dirija-se à rua Direita nº 47”. Décadas depois, em 1881, o Jornal da Parahyba (ano XX, nº 2178, p. 3/IHGP) informava que havia uma “escrava” para ser alugada “por preço comodo para todo serviço”.

Por fim, serão apresentados os trânsitos socioculturais e econômicos da africana Rozarida Maria do Sacramento, cujas experiências assemelham-se às de Luiza, Thereza e Catarina que também (re)existiram na sociedade patriarcal e escravista.

4. Rozarida Maria do Sacramento: fragmentos da trajetória de uma nagô liberta na Vila de Porto Seguro

Rozarida Maria do Sacramento, liberta da Costa da Mina, identificava-se como integrante da “nação nagô”. Viveu na Vila de Porto Seguro, província da Bahia, durante boa parte de sua vida.¹³ Em seu testamento, declarou ter mais de 50 anos, em outubro de 1878, porém, dois meses depois, em seu registro de óbito, constou ter falecido aos 70 anos de idade.¹⁴

Ela, provavelmente, entrou na Vila entre as décadas de vinte e trinta dos Oitocentos, posto que, em 1832, foi encontrado o registro de José de *nação* nagô entre os escravizados de Simão Vaz de Valasuela e Souza¹⁵, evidenciando que os indivíduos dessa *nação* já se encontravam em Porto Seguro. Cerca de 60% dos africanos que entraram na Bahia, entre 1776 e 1824, eram da região Ocidental; dentre os saídos dessa área, os de procedência da Costa da Mina eram maioria (RIBEIRO, 2005).

As guerras entre etnias, decorrentes da *jihad* islâmica naquele continente, no início do século XIX, resultaram na escravização de inúmeras pessoas, aumentando o contingente de homens e mulheres africanos na diáspora das Américas – alguns desses foram desembarcados em Porto Seguro, a exemplo dos citados José e a Rozarida (REIS, 2003). A Vila de Porto Seguro era um enorme caldeirão cultural, possuindo um grande leque étnico/racial, africanos de diversas nações e procedências, crioulos, pardos, mulatos, cabras, europeus, bem como indígenas de várias denominações, a exemplo dos Pataxós e Maxakalis (WIED, 1989; CANCELA, 2012).

Dessa maneira, ao chegar a essa Vila, Rozarida teve que aprender diversos elementos culturais, bem como negociar e realizar vários trânsitos sociais. Dentre as suas experiências, destaca-se o domínio da língua e as práticas culturais, como ser católica. O fato de ter sido batizada na Igreja de Nossa Senhora da Pena, freguesia da Vila de Porto Seguro, é um forte indício de que

¹³ Os estudos sobre a escravidão africana e dos seus descendentes em Porto Seguro ainda são escassos. Sobre Rozarida Maria do Sacramento, consultar Santos; Mendes (2016, p. 33-54). Para o presente texto, foram acrescentados alguns documentos. Sobre a escravidão em Porto Seguro, consultar Mendes (2014).

¹⁴ Os registros paroquiais de Nossa Senhora da Pena estão sob a guarda da Universidade do Estado da Bahia, *campus* de Teixeira de Freitas, em fase de organização. Igreja de Nossa Senhora da Pena, Livro de óbito nº3, 8 de dezembro de 1878, p. 68.

¹⁵ APEB: Inventariado: Simão Vaz de Valasuela e Souza, maço 3290, doc. 1.

ela entrou na Vila muito jovem, mas não foi motivo para o esquecimento de seus laços pregressos com a sua terra de origem, conforme se atesta: “Eu, Rozarida Maria do Sacramento, nagô, solteira, liberta, ex-escrava dos finados José Ventura Correia e Joanna do Sacramento, maior de cinquenta anos, residente nesta vila, alias nesta Freguesia de Nossa Senhora da Pena, onde fui batizada”.¹⁶ Fora escravizada por José Ventura Correia e Joanna do Sacramento, para quem Rozarida M. Sacramento trabalhava, possivelmente, em atividades domésticas e/ou ainda no cultivo de alimentos voltados para o consumo interno.

A Vila de Porto Seguro produzia farinha de mandioca para o consumo e comércio interno. Além disso, o coco era cultivado, a pesca e a extração “ilegal” de madeiras eram relevantes atividades econômicas da região (LINDLEY, 1969). Dessa forma, Porto Seguro não estava na rota das áreas da agroexportação do então Império brasileiro, mas contribuía com a alimentação dessas.

Segundo o censo de 1872, a população de Porto Seguro era constituída por 3.168 pessoas; dessas, apenas 124 eram homens e mulheres escravizados. O referido censo aponta 54 escravizadas, e a maioria delas era lavradora: um total de 21 mulheres, seguidas pelas que exerciam a atividade doméstica, um total de 20. Um aspecto a ser ressaltado é que as chances de inserção dos homens e mulheres libertos na sociedade estavam relacionadas às oportunidades que tiveram na condição de cativos, quando exerciam algum ofício especializado, a exemplo de quitandeiras, “negros de ganho” e lavadeiras tinham maiores possibilidades de inserção. (OLIVEIRA, 1988). Encontram-se, ainda, no referido censo, 20 pessoas pretas livres (incluindo as libertas): 13 homens e 7 mulheres vivendo na Vila.

Decerto, na época dessa contagem, Rozarida já estaria em Porto Seguro. A posse escrava em Porto Seguro era reduzida. Grande parte dos inventários aponta para a existência de pequenas e médias posses de 1 a 9 pessoas escravizadas. Isso indica que as cativas domésticas acumulavam diversas funções, como as de lavar e cozinhar, além de cuidar de roças, simultaneamente. Nesse sentido, Lindley (1969), em sua passagem por Porto Seguro, no início do século XIX, sugere que não só ofícios domésticos, como cozinhar, lavar e costurar, eram trabalhos de “escravas”, visto que vários produtos eram produzidos por elas, como também havia desvalorização do trabalho manual, e mulheres brancas nem sempre desempenhavam tais atividades (LINDLEY, 1969; FARIAS et al., 2006).

¹⁶ APEB, Testamento de Rozarida Maria do Sacramento, Caixa: 2182. Maço: 2651. Ano 1879, p.1.

Nota-se, portanto, um número pequeno de mulheres e homens africanos libertos e/ou livres. Não se sabe como Rozarida conseguiu a sua alforria, uma vez que a única informação que se tem sobre seu senhor é de que ele havia falecido em 1878. Talvez ela tenha aproveitado tal momento para negociar a sua carta de liberdade (CHALHOUB, 1990). Novamente livre, ela iniciou seus passos no caminho de sua autonomia. A princípio, procurou desvencilhar-se do seu proprietário, alugando uma casa do Professor José Martins Sampaio, conforme revelou em testamento ao declarar uma dívida referente a alguns meses de aluguéis. Em seguida, conseguiu adquirir um imóvel na Rua Pacatá, que foi avaliado em 300\$000 réis e era considerado recém-construído no ano do seu falecimento.

Embora não tenha se casado segundo os ritos de sua religião, concebeu uma filha, a Rita, que era escravizada de José Guimarães. Até o momento, não foi identificado se Guimarães era herdeiro de José Ventura Correia, ou se Rita foi vendida para ele. Percebe-se, entretanto, em seu testamento que parte da sua alforria já tinha sido paga por sua mãe. Rita foi batizada por José Gabriel da Rocha Lei, compadre de Rozarida e professor que se aposentou do magistério em 1875. Ele esteve também como presidente da Câmara Municipal (1878), juiz de órfãos e de paz nos anos 1880, e presidiu a Junta de classificação de escravos (LISBOA, 2018). Rozarida o escolheu para ser o seu testamenteiro. Esse dado mostra sua tessitura de redes sociais com um homem livre e da elite política para construir seu parentesco simbólico.

Ela ainda fez negócios com outro indivíduo livre, José Pereira Martins Guimarães. Assim como as mulheres negras aqui abordadas das províncias da Paraíba, de Pernambuco e do Maranhão, Rozarida buscou construir alianças com indivíduos livres para resistir e sobreviver na sociedade escravista (ROCHA, 2009; COSTA, 2013; SILVA, 2017). Na sociedade patriarcal da época, era uma boa oportunidade ter alguém que pudesse proteger a sua filha e que pudesse colaborar com ela em alguns momentos, como na feitura de um testamento. Era, pois, ainda promissor que o testamenteiro, um homem livre, público e com certo prestígio na Vila, pudesse garantir que as suas vontades fossem cumpridas.

Rozarida vivia cercada por libertos e escravizados e fazia parte de seus relacionamentos no qual uns se solidarizavam com os outros, inclusive do ponto de vista financeiro, nos momentos necessários. Ela, por exemplo, tinha uma dívida com as libertas Julia e Maria (pretas) e com os escravizados Benedito e Ignacio (crioulos). Também instituiu como possível herdeiro de seus bens o liberto crioulo Barroso que, talvez, fosse um companheiro de Rozarida. Essas relações sinalizam

a existência de uma comunidade de africanos e crioulos, reconstruindo laços e vivendo entre os seus como já tem apontado a historiografia (OLIVEIRA, 1988; REIS, 2003).

Essas redes de sociabilidade foram elaboradas com o intuito de manter ou reconstruir costumes, bem como de ter proteção e amparo em situações nas quais a solidariedade seria indispensável para alcançar objetivos, como a manumissão e o próprio sustento. No interior dessas redes, também ocorriam pequenas negociações, empréstimos, dentre outros (SANTOS; MENDES, 2016). Esses laços de solidariedade e de negócios, tecidos por escravizados de diferentes senhores e libertos, indicam que as libertas não rompiam as relações com os cativos, pois os liames construídos entre homens e mulheres africanas e os crioulos eram mais importantes que o estatuto jurídico, a exemplo das malhas sociais tecidas entre senhores e escravizados da mesma nação, como foi o caso de Thereza de Jesus.

O ato de ter testado em 1878 traduz sua prudência e sua estratégia para ter seus anseios concretizados após sua morte. Para tanto, nomeou como testamenteiro uma figura masculina e pública que assegurou seu enterro na mesma igreja onde foi batizada e se tornou paroquiana. Para que o ritual fúnebre católico lhe fosse concebido, destinou parte de seus bens para tal fim, embora tenha desejado um enterro simples. Assim, seus herdeiros receberiam algum valor, e as dívidas seriam pagas. Acerca da tentativa de libertar sua filha Rita, ela havia pago, em vida, um determinado valor e deixou orientações para a compra da manumissão da menina, salientando os laços maternos, na luta por liberdade, conforme a família monoparental da Paraíba e de Catarina Mina, em terras maranhenses, que buscou o restabelecimento de seu vínculo filial na suposta eternidade (OLIVEIRA, 1988; REIS, 2001; SANTOS, 2004; ROCHA, 2009).

A existência de Rozarida Maria do Sacramento, assim como a das demais mulheres que foram aqui apresentadas, foi comum a tantas libertas, livres e escravizadas negras que articularam estratégias para garantirem relativa autonomia em vilas e cidades escravistas do Brasil no período Oitocentos. Sua (re)existência foi possível através das redes de solidariedade e afeto, endividando-se com diversas pessoas e revelando seus esforços pela liberdade de sua filha. Mesmo em condições sociojurídicas diferentes, Rozarida continuou lutando por esse vínculo e marcando sua identidade cultural africana em uma vila predominantemente indígena.

Considerações Finais

As histórias das mulheres afro-atlânticas aqui delineadas são algumas exceções de trajetórias bem-sucedidas durante a existência da instituição da escravidão. Uma ampla maioria pereceu. Entretanto, é substancial inscrever suas experiências, suas capacidades de elaborar estratégias de sobrevivência, suas redes de solidariedade horizontais (com os seus parentes e malungos/as) e verticais (com pessoas livres e libertas de variados *status* sociais) no período Oitocentista. Laços criados por elas para a construção e a preservação de relações afetivo-familiares levam a distinguir a “família escrava” como resistência ao escravismo, como um meio de minimizar os sofrimentos humanos em razão desses relacionamentos afetivos e como domínio senhorial, além do confrontar dessas mulheres à opressão escravista e patriarcal (SLENES, 1999; REIS, 2001).

Outras estratégias de resistir ao funesto sistema escravista estiveram na ocupação dos espaços religiosos, sobretudo do catolicismo, tecendo sociabilidades, por meio dos ritos e sacramentos da igreja. Fortalecer tais laços ou reconstruir vínculos comunitários com sujeitos de sua mesma origem de nascimento, “nação”, “etnia” e procedência, foram impingidos, especialmente por africanas, que preferiam viver e morrer no meio dos seus para evitar, sobretudo, que os recursos financeiros poupados, ao longo de anos, caíssem em mãos indesejadas de ex-senhores e ex-senhoras ou fossem barganhados em hasta pública por pessoas aquém de suas comunidades. Além do mais, o fato de estarem “no meio dos seus” assegurava não só a transmissão de bens materiais, mas o arcabouço cultural que dava (e dá) sentido às recomposições sociais na diáspora africana (COSTA, 2013).

Salientamos, enfim, que as experiências das mulheres afro-atlânticas das quatro províncias do Império do Brasil, aqui apresentadas, são fios de um tecido próprio da lógica de vida dessas pessoas que, mesmo confrontadas com as circunstâncias históricas, e limitadas pelo sistema, romperam “a cadeia infame” da escravidão (REIS, 2004 [1859]). Mesmo vivendo em lugares distintos, elas urdiram estratégias semelhantes para aquisição das suas alforrias; todavia, durante o escravismo, as oportunidades de formação de pecúlio dependiam de uma variedade de acordos com proprietários/as, de ofícios especializados e, por vezes, o lugar onde se vivia também poderia oferecer maiores possibilidades para mudança da condição social, assim como da construção de espaços de liberdades e de (re)existências no cotidiano da sociedade escravista e patriarcal.

A conexão do Atlântico Negro, como o “movimento vaivém nas águas-lembranças” [...] e as memórias de sofrimentos, de contradições e de vidas afro-atlânticas como aqui apresentadas, mostram que “os fundos oceanos não me[nos]amedrontam e nem me[nos] imobilizam”, e as mulheres negras do passado continuam a estimular as ações sociopolíticas do presente por cidadania republicana e plena. Enfim, recordar é necessário! (EVARISTO, 2008).

Referências bibliográficas

Fontes Históricas

APEB, Inventariado: Simão Vaz de Valasuela e Souza, Maço 3290, doc. 1.

APEB, Inventariado: Torquato dos Santos, caixa 2182, maço 2631, doc. 23, 09/1881.

APEB, Testamento de Rozarida Maria do Sacramento, Caixa: 2182. Maço: 2651. Ano 1879.

Jornal Regeneração (ano II, n. 73, p. 04, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/AIHGP).

Jornal da Parahyba (ano XX, nº 2178, p. 3/AIHGP).

Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE), *Registro* de testamento de Thereza de Jesus de Souza, mapoteca 13, gaveta F, Lv. 1873-1875, fl 3-3v.

Paróquia Nossa Senhora da Pena, Livro nº1, registro de Batismo de Maria, 02/04/1829.

Paróquia Nossa Senhora da Pena, Livro nº3, registro de óbito de Rozarida, 8 de dezembro de 1878, f. 68.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em: <http://Archive.org/details/recenseamento1872ba>. Acesso em: jul. 2019.

Tribunal de justiça do Maranhão. Arquivo Histórico. Testamento de Catharina Rosa Ferreira de Jesus, 1886.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 54-96.

BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2009.

BASSANEZI, Maria Silvia. “Registros paroquiais e civis”: Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia de (Orgs.). *O historiador e as suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.141-172.

CÂMARA, Bruno A. D. O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco, 1830-1870. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

CANCELA, Francisco E. Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2012.

CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, 1850-1850*. Recife: Universitária/UFPE, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIZIANE, Paulina. *Ventos do Apocalipse*. Lisboa: Caminho, 1999.

COSTA, Valéria G. “Monica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, *status*, redes sociais no Recife oitocentista”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. de; GOMES, Flávio (Org.). *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 98-111.

_____. *Trajetórias Negras: libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOURADO, Larissa Bagano. *Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, 2017.

ELTIS, David. *Economic Growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1987.

EVARISTO, Conceição. *Recordar é preciso*. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoarte.com/conceicao-evaristo-poemas/> Acesso em: 08 out. 2020.

FARIA, Sheila de C. “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850)”. In: SOARES, Mariza de C. (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Ed. UFF, 2007, p. 101-134.

FARIAS, Juliana B. *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 2012.

_____ et. al. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. Tese (Concurso para a Cadeira de História e Educação), Universidade Federal de Recife, 1959. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1976> . Acesso em: 01 out. 2020.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora 34; Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCAM, 2001.

GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos”. *Afro-Ásia*, v. 27, p. 121-160, 2002.

HEYWOOD, Linda. “Introdução”. In: HEYWOOD, Linda (Org.). *Diáspora Negra no Brasil*. Tradução Ingrid de C. V. Fregonez, Thaís Cristina Casson e Vera L. Benedito. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 11-26.

LIMA, Carlos de. *Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos*: São Luís: Editora Vozes, 2007.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. (Londres, 1805). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LISBOA, Antônio Barbosa. *Dos cortes das piaçavas à pesca da garoupa: contrabandistas, vereadores, juízes trajetórias e experiências de Professores Públicos Primários na Comarca de Porto Seguro (1834-1875)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

LOPES, Gustavo A. “O tráfico transatlântico de escravos para o Brasil – séculos XVI-XIX”. In: REIS, Isabel. C. F. dos; ROCHA, Solange P. da. (Orgs.). *Diáspora africana nas Américas*. Cruz das Almas: Ed. UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 13-36.

MARTINS, Ricardo André F. Breve panorama histórico da imprensa literária do Maranhão oitocentista. *Animus: Revista Interamericana de Comunicação Mmidiática*, v.18, jul-dez.; 2010.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 2. ed. Tradução James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELLO, Priscila Leal. *Leitura, encantamento e rebelião: o Islã negro no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2009.

MENDES, Francimaura C. *Marias, Rozendas e Leopoldinas: A experiência de mulheres escravizadas e libertas na Vila de Porto Seguro (1873-1885)*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Estadual da Bahia, 2015.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma experiência antropológica*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1993;

MOTA, Antônia da Silva. Testamento e Inventário do Preto Forro Vitoriano Ramos da Silva. *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v. 3, nº 1, p. 203-212, 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto, seu mundo e os outros: Salvador (1790-1890)*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

REIS, Isabel C. Ferreira. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João J. “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”. *Revista de História*, São Paulo, n. 174, jan./jun., p. 15-68, 2016.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, José Ribamar S. dos. *Bumba Meu Boi, o maior espetáculo popular do Maranhão*. Editora Funcma, 2001.

REIS, Maria Firmina. *Úrsula. A escrava*. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004 [1859; 1887].

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA, Solange. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Unesp, 2009.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANTOS, Cristiane. *Entre o fim do império da farinha e início da república do cacau: negros em festas, sociabilidades e racialização no sul da Bahia (1870-1919)*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, 2015.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Negros(as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2014.

_____. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2004.

SANTOS, Joceneide; MENDES, Francimauro C. Entre redes de solidariedade e lutas: a experiência das libertas na Vila de Porto Seguro (1873-1885). *Revista Gênero*, Niterói, Vol.16, n. 2, p.33-54, 2016.

SILVA, Daniel B. Domingues da. "The Atlantic slave trade to Maranhão, 168-1846: volume, routes and organization". *Slavery & Abolition*, v. 29, n. 4, p. 447-501, dez. 2008.

SILVA, Iraneide Soares da. *É Preta, É Preto em Todo Canto da Cidade: História e Imprensa na São Luís/MA (1820-1850)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

SILVA, Maciel H. C. da. *Nem mãe preta, nem negra fulô: história de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escravista, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza. "Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Baía do Benin, século XVIII". In: SOARES, Mariza. *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Editora UFF, 2007, p. 65-99.

SOUZA, Daniele Santos de. Preto cativo nada é seu? Escravos senhores de escravos na cidade da Bahia no século XVIII. In: RAGGI, Guiseppina; REGO-FIGUERÔA, João; STUMPF, Roberta. (Orgs.) *Salvador da Bahia: interações entre América e África (séculos XVI-XIX)*. Salvador: EDUFBA; CHAM, 2017, p. 51-72.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Tradução Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WIED, Maximilian, Prinz Von. *Viagem ao Brasil*. Tradução Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B. de; GOMES, Flávio (Orgs.). *Black women of Brazil in slavery and post-emancipation*. New York: Diasporic Africa Press, 2016.

* * *

Sobre as autoras:

Solange Pereira da Rocha: Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco.

Valéria Gomes Costa: Professora de História no Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Doutora pela Universidade Federal da Bahia.

Joceneide Cunha Santos: Professora no Departamento de História da Universidade do Estado da Bahia. Doutora pela Universidade Federal da Bahia.

Iraneide Soares Silva: Professora no Departamento de História e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Estadual do Piauí. Doutora pela Universidade Federal de Uberlândia.

Artigo recebido para publicação em: 10 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 29 de janeiro de 2021.

Como citar:

ROCHA, Solange P. da; COSTA, Valéria G.; SANTOS, Joceneide C. SILVA, Iraneide S. Mulheres Afro-Atlânticas no “Norte” do Brasil Oitocentista. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas. Rio de Janeiro, n.º. 21, 2021. pp. 197-221. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.55185

